



## **Para Além do Presente: a inserção do passado nas reflexões sobre o jornalismo<sup>1</sup>**

Eliza Bachega CASADEI<sup>2</sup>

Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP)

### **RESUMO**

A partir de uma reflexão sobre as temporalidades do jornalismo, o objetivo do presente trabalho é apontar as ideias de autores que enfatizam a importância do passado na formação das narrativas jornalísticas e, de uma forma mais geral, nas próprias Teorias do Jornalismo. Além disso, gostaríamos de propor um modelo de análise baseado nos efeitos de real que estas narrativas históricas engendram quando inseridas na construção das reportagens. Desta forma, se adotarmos a perspectiva de que a tradição representada pelos dados históricos é deslocada da inter-relação entre os indivíduos e passa a ser gerida em uma esfera midiaticizada, a forma como a imprensa utiliza a História para explicar as notícias do presente revelaria uma dinâmica própria dos processos pelos quais o passado e o próprio presente podem ser re-significados.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Teorias do Jornalismo; Usos da História; Re-significação do passado; Efeitos de Real.

#### **1. Introdução:**

Na edição de 08 de Abril de 1970, o editorial da revista *Veja* se gabava do slogan publicitário criado por Michel Cecilio: “para saber as últimas notícias, leia os números atrasados de *Veja*”. Isso porque, nesta época, se dava a discussão sobre o Plano Nacional de Saúde e a publicação afirmava que “o leitor em vão procurará a notícia da aprovação. É que *Veja* a deu, com todos os detalhes, no seu número 81, de 25 de Março passado” (CARTA, 08/04/1970: 17). Mais do que uma particularidade sobre um acontecimento específico, esta afirmação guarda mesmo uma velha pretensão do jornalismo: manter-se intimamente colado ao tempo presente e, se possível, até mesmo adiantar-se em relação a ele. Mesmo com o impacto da Internet sobre os veículos impressos, esse princípio não parece ter sido abandonado e não é por acaso que, no

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Teorias do Jornalismo do IX Encontro dos Grupos/Núcleos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Mestranda em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e graduada em Comunicação Social com Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Também é editora executiva da Revista Anagrama e colaboradora do livro “Palavras Proibidas: pressupostos e subentendidos na censura teatral”. O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq – Brasil).



editorial de 27/05/2009, a publicação coloca que “*Veja* se concentrou sempre em (...) consolidar as conclusões mais frescas da ciência” (VEJA, 27/05/2009: 12).

O tempo presente sempre teve uma grande ênfase nas Teorias do Jornalismo e, certamente, respaldada por uma série de razões pertinentes. Como bem coloca Franciscato, esta temporalidade é mais do que uma característica, é mesmo uma marca definidora da produção noticiosa: “o tempo presente não é uma qualidade adicional ao conteúdo, mas o próprio demarcador de sua especificidade em relação aos demais conteúdos” midiáticos (FRANCISCATO, 2001).

É nesse sentido que Isabel Travancas pode afirmar que “a notícia se define pela novidade, pelo que é novo, sendo, portanto, o tempo que transforma o novo em velho, a novidade em conhecimento” (TRAVANCAS, 1993, p. 34).

Michael Schudson chega a definir o imediatismo jornalístico como um valor profissional, como uma espécie de “fetichismo do presente, uma perversão ocupacional” (SCHUDSON, 1987, p. 81). Sylvia Moretzsohn, ao restituir o tema da velocidade em um contexto capitalista, também aponta para esta fetichização do tempo real, na medida em que uma informação deve ser transmitida rapidamente para ser considerada eficiente. Desta forma, a velocidade e a atualidade se constituiriam como os principais valores-notícia. O que importa é “alimentar o sistema com dados novos, num *continuum* vertiginoso a pautar o trabalho nas grandes redações, que, além dos tradicionais produtos impressos diários, oferecem simultaneamente serviços de informação em ‘tempo real’” (MORETZSOHN, 2000).

A consequência direta desse processo, para a autora, é expressa em uma mistura de temporalidades que, na imprensa, “se traduz na tensão entre o tempo midiático (que tende hoje à instantaneidade) e o tempo político (que deve ser lento para permitir que as paixões se apaziguem e que a razão se imponha)” (MORETZSOHN, 2000). Há o ocultamento, portanto, da tensão existente entre o tempo dos sistemas de informação e o tempo humano e social.

Esta ênfase no estudo do tempo presente é, portanto, bastante justificada. É necessário sublinhar, contudo, que esta temporalidade não é marcada tal como um presente plano. Franciscato coloca mesmo que a noção de “atualidade jornalística”, só pode ser entendida se ampliarmos o seu significado e não nos restringirmos a uma mera conceitualização do novo. “Esta percepção parece fazer com que a noção de atualidade jornalística não seja apenas uma qualidade temporal de um fenômeno, mas um atributo que caracterizaria a potencialidade de um conteúdo como um elemento que possui



importância na constituição da sociabilidade contemporânea“ (FRANCISCATO, 2001). Isso porque os meios de comunicação de massa rodeiam a sociedade de um presente social contínuo, que deve ser ao mesmo tempo novo (de acordo com os preceitos jornalísticos) e velho (para que possamos reconhecê-lo e dominá-lo).

Em um brilhante estudo, Michael Schudson (1987), complexifica e reelabora a questão da profundidade do tempo no jornalismo. O pesquisador atesta a existência de uma série de temporalidades inseridas nas camadas do presente que se misturam à atualidade para compor a produção noticiosa. Ao analisar uma série de matérias de primeira página, Schudson atesta que a orientação temporal é bem mais variada e complexa do que poderia se supor a primeira vista.

Expor eventos do tempo passado, por exemplo, assume um importante papel de reiterar o contexto de um evento acontecido nas últimas 24 horas (uma *hard news*). Ele cita, por exemplo, uma matéria do *Los Angeles Times* sobre a identificação do corpo de Josef Mengele no Brasil por seu filho. A maior parte da narrativa não se ocupava com esse fato novo (a identificação do corpo), mas sim, estava preocupada em narrar eventos relacionados aos campos de concentração nazistas e os esforços realizados pelos caçadores de nazistas depois da II Guerra Mundial.

A questão, porém, vai além. Em determinadas matérias, o uso de eventos passados não serve somente para a recuperação do contexto. O uso de dados da história serve para dotar de relevância um evento que, de outra forma, não a teria. Isso porque “perguntar ‘isto é notícia?’ não significa perguntar somente ‘isto acabou de acontecer?’. É perguntar ‘isto significa algo?’. E essa questão não pode ser respondida sem serem feitas algumas suposições sobre a História” (SCHUDSON, 1987, p. 84).

Mesmo quando um evento pode ser retratado sem que se sejam necessários dados do passado ou de um contexto especial para dotar-lhe de relevância, Schudson não concebe o presente como uma temporalidade plana. Para ele, as notícias estão sempre no *present continuous*, uma vez que estas, muitas vezes, se configuram como estórias de eventos com duração prolongada. Elas se dilatariam, então, para o passado e para o futuro.

Sob esta perspectiva, iremos estudar, no presente trabalho, os modos de inclusão de outras temporalidades na análise da produção noticiosa e nas Teorias do Jornalismo. Iremos apontar alguns estudos já realizados neste campo, que se concentram no modo como o passado se insere nas narrativas jornalísticas e se tornam parte essencial de sua função social. Além disso, iremos propor um modelo de estudo baseado na produção de



efeitos de real que o passado engendra no discurso jornalístico e, com isso, indicar a forma como a imprensa utiliza a História como uma forma de re-significar não só o passado, como também, o próprio presente<sup>3</sup>.

## 2. A Inserção do Passado nas Reflexões sobre o Jornalismo

Muitos pesquisadores já diagnosticaram um progressivo desligamento humano das reminiscências do passado e de sua relação com a tradição – da mesma forma como teria acontecido com os demais tipos de ancoragens construídas pela modernidade. Esta é a perspectiva de Giddens (2002), por exemplo, quando afirma que, embora as tradições tenham tido um papel fundamental para algumas instituições nas primeiras fases da modernização, elas perdem paulatinamente sua força nas fases mais avançadas. Não que elas estivessem de todo ausente, mas o senso de “verdade” atribuído a elas deixa de ser inquestionável, minando as bases de sua própria legitimidade.

Para muitos autores, no entanto, a falta da noção de continuidade entre o indivíduo e o passado da tradição não significa que este tenha perdido o sentido. Significa, apenas, que o modo em que o passado se articula na vida cotidiana muda radicalmente. John B. Thompson (1998) tem uma perspectiva interessante neste sentido quando afirma que as tradições, definidas como qualquer coisa que é transmitida ou trazida do passado, não foram extintas pela modernidade. Muito pelo contrário, a midiaticização teria dado uma vida nova às tradições na medida em que as liberta das interações face a face.

Na perspectiva deste autor, o enfraquecimento do poder da tradição dar-se-ia em seus aspectos de fundamentação da ação e da autoridade tradicional. Em outros, porém, notadamente enquanto articuladores de sentidos para o mundo e enquanto criadores de um sentimento de pertença, as tradições ainda reteriam muito de sua importância, mesmo que essa esteja essencialmente modificada. As alterações estão relacionadas ao fato de que o material simbólico que compõe a tradição está cada vez mais apartado da interação social em ambientes comuns. “As tradições não desaparecem, mas perdem sua ancoragem nos locais compartilhados da vida cotidiana” (THOMPSON, 1998, p. 165).

---

<sup>3</sup> As reflexões presentes neste trabalho fazem parte do projeto de pesquisa de mestrado com apoio do CNPq, intitulado “Jornalismo e Reconstrução do Passado: os fatos de ontem nas notícias de hoje”, desenvolvido pela autora na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). O propósito da pesquisa é mapear os usos da História na construção das reportagens das quatro principais revistas noticiosas nacionais em termos de vendagem - a saber, *Veja*, *Época*, *IstoÉ* e *Carta Capital*.



Sob essa perspectiva, o passado, enquanto articulador de interpretações do mundo, ainda conserva grande parte de sua força, mesmo que ela tenha sido deslocada para outros mediadores simbólicos e não sirva mais como um modelo de ação tão bem posto quanto nas sociedades ditas tradicionais.

Se adotarmos a ideia de que a tradição representada pelos dados do passado é deslocada da inter-relação entre os indivíduos e passa a ser gerida em uma esfera midiaticizada, a forma como a imprensa utiliza a História para explicar as notícias do presente revelaria a dinâmica dos processos de re-significação implicados nas apropriações da memória coletiva.

É de acordo com estes preceitos que Le Goff (2003) insere a imprensa em um contexto de aumento da oferta da memória coletiva – que deixa de ser matéria somente de museus, arquivos e túmulos. Isso porque a invenção da prensa revoluciona a memória ocidental uma vez que, com a massificação dos impressos, o leitor pode ter contato com um volume enorme de memórias coletivas. Segundo Le Goff, é a memória jornalística que, ao lado da memória diplomática, promove “a entrada em cena da opinião pública nacional e internacional, que constrói também a sua própria memória” (LE GOFF, 2003, p. 455).

Essa abordagem é consoante com a opinião de Eric Hobsbawn que, ao refletir sobre o uso da História para finalidades políticas, afirma que ela essa parcela das ciências humanas não se configura no cotidiano das pessoas como uma espécie de memória ancestral ou de tradição coletiva. A História, nesse sentido, é vista como “o que as pessoas aprenderam de padres, professores, autores de livros de História e compiladores de artigos para revistas e programas de televisão” (HOBSBAWN, 2005, p. 20).

Como atesta Jill Edy, “já se tornou um clichê afirmar que os jornalistas escrevem o primeiro rascunho da História. Uma atenção muito menor tem sido prestada para aqueles que fazem a reescrita. Frequentemente, os segundos rascunhos da História também são escritos por jornalistas” (EDY, 1999, p. 72). Sobre este assunto, a autora insiste que a mídia foi um instrumento muito importante na construção da memória coletiva nacional do século XX nos Estados Unidos. Isso porque as histórias apresentadas na mídia, por toda a carga emocional que se revestem, são muito mais impressionantes do que a apresentada em sala de aula. Além disso, enquanto a sala de aula ensina a história com uma cuidadosa atenção especial para a apresentação objetiva



dos fatos, a mídia pode encorajar algumas conexões pessoais com o passado que está associado à memória coletiva.

Esse forte elemento identitário presente nesta apropriação do passado pelos jornalistas é explorado também por outros autores. A partir de uma vasta pesquisa sobre o uso de referências históricas nos jornais norte-americanos do século XIX, Betty Houchin Winfield e Janice Hume concluíram que o jornalismo foi a primeira instituição a criar uma narrativa pública sobre a identidade do país. Diferentemente do que havia acontecido na Europa, a imprensa, nesse caso, teria precedido os primeiros livros sobre a História norte-americana na função de fornecer um passado comum coerente e sólido na construção das identidades nacionais (WINDFIELD e HUME, *apud* KITCH, 2005, p. 02).

Tal como uma continuação deste trabalho, Carolyn Kitch atesta brilhantemente a importância da interface entre a mídia e a memória, especialmente no que concerne à questão das identidades nacionais. Ela analisou em torno de sessenta revistas norte-americanas e a forma com a qual elas lidavam com os dados do passado. Segundo ela, os *media* se autodenominam “historiadores da cultura norte americana no final do século XX e do segundo milênio, conscientemente assumindo o papel de selecionar os eventos e as pessoas mais importantes do passado e explicar a importância histórica deles” (KITCH, 2005, p. 14).

As conclusões mais importantes de Kitch referem-se ao fato de que - apesar de os usos de dados históricos abarcarem uma série enorme de temáticas e de diferentes momentos do passado - as memórias construídas pelas revistas norte americanas culminam sempre em um mesmo tipo de narrativa: o que significa ser norte americano. Esse patriotismo é disseminado através de narrativas históricas exemplares (que podem abarcar desde histórias comoventes da vida de pessoas comuns ou o culto a pessoas famosas mortas até retrospectivas dos últimos anos ou dos últimos séculos, entre um número imenso de variantes) que buscam resgatar sempre os mesmos valores - valores estes identificados fortemente com a cultura norte americana e com o que significa ser norte americano.

O papel da História enquanto formador de um *communitas* nas narrativas jornalísticas é fundamental no estudo de Kitch. O passado seria capaz de resgatar certas situações de liminaridade que modificam as relações sociais normais, unindo as pessoas a partir da reafirmação dos laços comunitários. A mídia, enquanto elemento da cultura, é capaz de criar tais situações através do enquadramento do passado e da reencenação



dessas situações-limite. Desta forma, a imprensa enquanto criadora de *communitas* tem sua função mais aparente re-allocada. Para Kitch, ela se desloca de seu funcionamento como um instrumento mediador de informações, em direção à representação dos interesses compartilhados, em uma espécie de cerimônia que une as pessoas em torno de uma série de valores comuns.

De uma maneira ampla, estudos como os citados re-locam e/ou ampliam algumas noções das Teorias do Jornalismo tradicionais, no que concerne às funções sociais da produção noticiosa. Em um outro pólo de estudo, podemos alocar, ainda, algumas pesquisas que situam o uso do passado na composição das reportagens tendo como parâmetros de análise os elementos particulares da cultura jornalística, aproximando-se, desta forma, de abordagens etnometodológicas e do *newsmaking*.

Ana Paula Ribeiro e Danielle Brasiliense (2007), por exemplo, partem do pressuposto de que o uso dos dados históricos pela imprensa é resultado de uma operação complexa entre a lembrança e o esquecimento. Ao estudar a forma como o Massacre da Candelária foi lembrado pela imprensa nos anos posteriores ao ocorrido, as autoras afirmam que os meios de comunicação, como agentes que promovem o enquadramento dos dados históricos, se tornam um dos atores (senão o principal) nas operações de memória sobre os acontecimentos e sobre as interpretações legítimas a respeito dele. “O controle da memória social parte de ‘testemunhas autorizadas’, e o jornalista, mediador entre o fato e o leitor, interfere nesse processo não só enquadrando os fatos, mas reconstruindo valores e identidades sociais” (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007, p. 222).

Isso porque as autoras chegaram à conclusão de que, ao passo que as matérias relacionadas à violação dos direitos humanos faziam uma rememoração constante da chacina, outros tipos de reportagens relacionadas aos moradores de rua da região da Candelária (como àquelas relacionadas a infrações dos menores de rua) se impunham um conveniente silêncio. Desta forma, “o apagamento da memória da chacina parece ter sido necessário para que a narrativa construísse a ação dos meninos como desordeira. Lembrar aquele fato implicaria atualizar uma dimensão - a de vitimização dos meninos - que ao texto não interessava” (RIBEIRO e BRASILIENSE, 2007, p. 225). O mérito do trabalho de Ribeiro e Brasiliense, portanto, está em enxergar essa equação entre lembrança e esquecimento dentro de uma lógica própria dos profissionais de imprensa.

A inserção de uma lógica propriamente jornalística no tratamento da memória coletiva também está presente no trabalho de Sue Robinson. A autora estudou a forma



como a Guerra do Vietnã foi lembrada pelos jornais norte americanos no contexto das eleições presidenciais de 2004 entre George W. Bush e John Kerry. As ações dos dois candidatos durante a guerra (a atuação de Kerry na marinha e a de Bush na Guarda Nacional) serviram de parâmetro de análise, nos jornais, para determinar como a ação desses candidatos no passado iria se traduzir em suas futuras lideranças. A falta de uma posição consensual sobre o que significou a Guerra do Vietnã no passado nacional foi obviamente associada à falta de consenso sobre a segunda Guerra do Iraque e à ação dos dois candidatos à presidência nesse contexto.

Os jornais, na tentativa de colocar todos os discursos conflitantes em ordem, utilizaram parâmetros de objetividade próprios à atividade jornalística (como a busca de fontes judiciosas e a consulta a documentos oficiais) como forma de respaldar seus pontos de vista. O problema estava no fato de que o uso dos testemunhos ou de documentos de origem suspeita foi, muitas vezes, colocado como hierarquicamente superior aos documentos oficiais, em uma tentativa perigosa de revisionismo da História.

É sob a perspectiva destes estudos que tentam realocar o papel do passado na construção da narrativa jornalística que Barbie Zelizer pode afirmar que há, entre historiadores e jornalistas, uma espécie de disputa pelo poder de fala a respeito de determinadas temáticas comuns. Ao discutir sobre como a mídia retratou a morte do presidente Kennedy anos após o fato, a autora apontou para a existência de uma autoridade cultural atribuída aos jornalistas que fez com que eles se estabelecessem como as vozes autorizadas para falar da história da morte do trigésimo quinto presidente norte americano.

Segundo a autora, a cobertura do assassinato de Kennedy revolucionou a prática jornalística norte americana não só porque demandou um envio rápido de informações durante um período de crise, mas também por ter legitimado o jornalismo televisivo como um mediador da experiência pública nacional. A partir dessa legitimação inicial, no entanto, a discussão não se limitou à legitimação e ao ensino de determinadas práticas jornalísticas. A discussão se estendeu para a valorização dos profissionais da mídia enquanto atores legítimos na interpretação da realidade e da História norte americana.

Embora de maneira não exaustiva, a exposição destes estudos já mostra a formação de um vasto campo de pesquisa que busca alocar a importância do passado na formação das narrativas jornalísticas e, de uma forma mais geral, nas próprias Teorias



do Jornalismo. A partir de agora, gostaríamos de propor um modelo de análise, neste sentido, que seja capaz de abarcar os efeitos de real que estas narrativas históricas engendram quando inseridas na construção das reportagens.

### **3. O Discurso Histórico e a Narrativa Jornalística: a construção de efeitos de real**

O discurso histórico, segundo a crítica de Roland Barthes, se constrói a partir de algumas premissas que engendram uma ilusão referencial e efeitos de real. Segundo o autor, este se reveste de determinadas características que, ao tomar o princípio do “aconteceu” como um princípio suficiente da fala, geram um efeito de realidade que passa a ilusão de encontrar o real que ele representa. Essas características podem ser esmiuçadas tanto no plano das enunciações, dos enunciados ou das significações.

No nível da enunciação, uma das características mais manifestas está na ausência dos signos de destinação. Embora toda estrutura do discurso implique um sujeito de leitura, o discurso da história parece caracterizado pelo afastamento aparente de um “tu”. Os signos relativos ao anunciante (o destinador) são mais frequentes, embora anunciem a existência de um tipo bastante específico de sujeito da fala. Trata-se de um sujeito que anula a sua pessoa passional, substituindo-a por uma existência objetiva, criando uma forma particular de imaginário que Barthes chama de “ilusão referencial”. No nível do discurso, a partir desta ausência de signos que remetam a esse anunciante passional, ela se refere à ilusão de que a História “fala sozinha”.

Esses efeitos de sentido não estão presentes apenas no nível da enunciação. Quanto ao enunciado, Barthes coloca que enquanto o estatuto de um processo em geral pode ser assertivo, negativo ou interrogativo, o estatuto do discurso histórico é sempre assertivo (constatativo), se assemelhando ao discurso do esquizofrênico, que não aceita outras possibilidades. E isso porque o fato histórico conta o que foi, não o que não foi ou o que foi duvidoso. Neste sentido, o discurso histórico não conhece a negação.

No nível da significação, no entanto, é onde Barthes aloca o principal efeito de sentido que o discurso histórico mobiliza. Não obstante o fato de que os acontecimentos históricos não podem ter uma existência dada fora da linguagem, todo o sentido do texto é construído como se essa existência não fosse mais do que a cópia pura e simples de uma outra existência situada em um plano extratextual da realidade. Trata-se de um discurso que se constrói tal como se o referente pudesse ser alocado em um lugar que fosse exterior ao discurso, mas sem que, paradoxalmente, pudéssemos acessá-lo de fora

deste discurso. O lugar da realidade dentro dessa estrutura discursiva é, portanto, fruto de um curto-circuito entre o referente e o significante.

A ilusão referencial e o efeito de real atuam tentando negar a tripartidade do signo. Essa tentativa de desintegração do signo opera de forma que o significado é expulso da equação e tenta-se uma correspondência imediata entre o significante e o referente. “Suprimido da enunciação a título de significado de denotação, o real reaparece a título de significado de conotação (...). Dito de outra forma, a carência do significado em proveito único do referente chega a ser o significado mesmo do realismo” (BARTHES, 1988).

Este “efeito de real” é obtido, portanto, porque a realidade se apresenta no discurso histórico como um significado informulado, protegido pela onipresença aparente do referente, segundo as palavras de Barthes. Em resumo, portanto, ele é possível porque o discurso histórico é narrado a partir de uma perspectiva que adota: (1) o mascaramento do sujeito da fala que cria a impressão de que a história se conta sozinha; (2) o estatuto assertivo do discurso, que toma o ter sido das coisas como princípio suficiente de sua veracidade e (3) a fusão do referente e do significado (enquanto estrutura imaginária) em virtude do referente que, revestido dos privilégios do “aconteceu” acredita encontrar o real que representa.

Este mecanismo descrito por Barthes pode ser facilmente aplicado às narrativas históricas inseridas nos textos jornalísticos. Se de uma forma geral estamos acostumados a nos deparar nas revistas como expressões auto-referenciais (tais como “Veja apurou” ou “IstoÉ entrevistou”) que marcam a procedência da enunciação, tais marcações parecem um tanto implausíveis quando as informações em questão são dados históricos. Nenhum jornalista “apura” um acontecimento histórico, ele somente o põe no papel: tal como se a História pudesse se contar sozinha, tal como se este fosse um conhecimento geral já dado.

Da mesma forma, os enunciados não são postos como negativos (o não aconteceu) ou interrogativos (dúvida sobre o que possa ter acontecido). Trata-se de uma afirmação, uma constatação do que aconteceu. Estes dados históricos não são postos como indícios da realidade, mas sim, como a realidade mesma em uma narrativa fechada. Ao se revestir dos privilégios do “aconteceu”, podemos notar a construção do efeito de sentido proposto por Barthes como ilusão referencial (a partir da ilusão de conjugação entre o significado e o referente, em favor do referente) e o consequente efeito de real. É como se os fatos relatados pela História (diferentemente dos



acontecimentos do presente) já estivessem postos e coubesse ao jornalista simplesmente escrever o real que eles apresentam como já dado.

As representações dos fatos do passado engendradas pelas narrativas históricas operam a passagem, de acordo com Paul Ricoeur (2007), de uma cena traumática para uma cena simbólica. As expectativas sociais coordenadas em torno desta narrativa, no entanto, muitas vezes ignoram seu caráter essencialmente imaginário e colocam o discurso da História como um outro capaz de realizar o desejo de imparcialidade, tal como um juiz. “A razão é que os papéis respectivos do historiador e do juiz, designados por sua intenção de verdade e de justiça, os convidam a ocupar a posição do terceiro em relação aos lugares ocupados no espaço público pelos protagonistas da ação social”. Este papel é importante na medida em que “um desejo de imparcialidade está ligado a essa posição de terceiro”, mesmo que esta se apresente “sob o signo da impossibilidade de um terceiro absoluto” (RICOEUR, 2007, p. 330).

A dupla ausência dos discursos históricos (uma delas que é posta pela sua dependência com a linguagem e a outra alocada na condição de decorrido do referente), portanto, muitas vezes é relegada em proveito de um efeito de real e de uma ilusão referencial. Quando tentamos posicionar o local ocupado por este discurso histórico dentro de uma concepção ampla de narrativa jornalística, se torna bastante clara a maneira como este se constitui como um recurso poderoso de argumentação, a partir da ótica dos efeitos de real que ele engendra – e ainda mais especialmente quando estudamos o jornalismo de revista.

Na comemoração de aniversário dos 40 anos da revista *Veja*, no dia 02 de Setembro de 2008, Roberto Civita afirmou categoricamente que a função da revista, desde seu início, era honrar o compromisso com seu público e que isso significava basicamente “informá-los corretamente, contar-lhes a verdade e **opinar**” (CIVITA, 02/09/2008 – grifo nosso). Da mesma forma, Mino Carta escreveu, no editorial da edição comemorativa de 15 anos de *Carta Capital*, que a ética da publicação estava alicerçada na máxima “opinião exposta sem meios-termos” (CARTA, 27/05/2009, p.13). Estamos diante, portanto, de um jornalismo essencialmente opinativo.

A partir desta perspectiva, podemos tentar situar alguns efeitos de sentido proporcionados por estas inserções. Como o discurso histórico é construído a partir de uma ilusão referencial - que acredita encontrar o real que representa a partir dos privilégios do “aconteceu” – sua inserção nas narrativas jornalísticas criam um efeito de sentido tal como se ele se constituísse como este terceiro imparcial de que nos fala



Ricoeur. É como se o discurso histórico, a partir de todas as suas características que foram descritas anteriormente, se posicionasse como uma testemunha insuspeita em meio a dois fenômenos suspeitos: o próprio acontecimento do presente noticiado (enquanto não transparente) e o jornalista (que está inserido em um tipo de jornalismo explicitamente opinativo)<sup>4</sup>.

#### 4. Considerações Finais:

De acordo com a definição de Ernest Cassier, a “História é a forma intelectual na qual uma civilização presta contas do seu passado a si mesma” (CASSIER *apud* SETERS, 2008, p. 19). Essa prestação de contas para com o passado implica uma conotação dupla que abarca: (1) tanto a determinação de responsabilidades e de julgamentos dos atos passados e de suas consequências para o presente; (2) quanto os aspectos ligados às construções das identidades coletivas a partir dos princípios que uma nação representa. De acordo com John van Seters:

Essas duas formas de um povo prestar contas a si mesmo não são mutuamente excludentes, mas ocorrem frequentemente na mesma história. A história nacional é a apresentação do caráter ou constituição essencial de um povo seguida do elogio ou condenação (implícitos ou explícitos) de suas ações coletivas subsequentes. Um determinado período do passado é geralmente tomado como o início ideal, a era constitutiva, o ponto de partida com base no qual se julgarão os períodos seguintes e se justificarão as atuais circunstâncias da nação (SETERS, 2008, p. 20).

O modo como esta História é transmitida, no entanto, não se limita aos profissionais do campo. A imprensa funciona, neste sentido, como um dos mediadores responsáveis por alinhar relações entre os acontecimentos do presente e os fatos deste passado coletivo mais amplo. O grande número de reportagens que citam eventos históricos respalda essa afirmação. No mês de Abril de 2009, as revistas *Veja*, *Época*, *Carta Capital* e *IstoÉ* publicaram, juntas, um total de 571 matérias<sup>5</sup>. Destas, 429 (ou 75%) faziam remissões a eventos anteriores ao ano de 1995. Em algumas edições, este

---

<sup>4</sup> Não estamos tratando, aqui, de um efeito de sentido que possa ser expandido para todas as reportagens publicadas em uma revista (na medida em que nem todas as reportagens fazem remissões a dados históricos) e, nem ao menos, a todas as matérias que citam determinados eventos históricos. Não obstante, esse efeito de sentido pode ser observado em um número bastante significativo dos textos publicados nas revistas analisadas.

<sup>5</sup> Por “matérias” estamos nos referindo a todos os textos que ocupavam uma página ou mais da revista, incluindo-se neste *corpus* matérias, reportagens, entrevistas, editoriais e colunas. As notas (textos que ocupam menos de uma página), apesar de apresentarem frequentemente a remissão a dados históricos não foram levadas em consideração na contagem.



número é ainda mais impressionante. Na edição do dia 1 de Abril de 2009, essa porcentagem atingiu 94% das matérias publicadas na *Carta Capital*<sup>6</sup>.

Diversos autores têm tentado lidar com essa frequência considerável de remissões históricas nas mais diversas publicações noticiosas. A partir dos estudos que mostramos no presente trabalho, podemos notar que muitos deles se posicionam a partir dos dois eixos descritos por Seters, ampliando, assim, as noções tradicionais das funções sociais do jornalismo. Desta forma, mais do que informar sobre os eventos do presente, o jornalismo re-significa (ou media re-significações) sobre o passado, ligados à concepção de um “acerto de contas com a História”. Outros estudos, ainda, envolvem a perspectiva de que essa re-significação pode ser inserida dentro de uma lógica jornalística própria – com seus valores, conceitos e limitações.

A partir do modelo de Roland Barthes sobre os efeitos de real engendrados pelo discurso histórico, procuramos mostrar como a discussão não se limita ao fato de que o jornalismo lança um outro olhar sobre o passado. As narrativas históricas exercem uma função argumentativa importante nas narrativas jornalísticas a partir das ilusões referenciais que proporciona. Como bem aponta Roland Barthes, este efeito é obtido através de uma aparente desarticulação da tripartidaridade do signo, em que o significado (enquanto estrutura imaginária) é tido como um elemento vergonhoso, passível de ser fundido ao referente. Essa correspondência imediata entre o significante e o referente cria uma ilusão referencial e um efeito de realidade na medida em que o discurso histórico, ao se acreditar revestido pelos privilégios do aconteceu, também se outorga o privilégio de encontrar o real que representa. E é nesta medida que ele pode se constituir enquanto um discurso que mascara o sujeito da fala (criando a impressão de que a História se conta sozinha) e que se vale de um estatuto assertivo do discurso (suscitando o efeito de que o ter sido das coisas se constitui como princípio suficiente de sua autoridade).

Desta forma, esse discurso histórico pode funcionar tal como uma espécie de juiz nas narrativas jornalísticas. Uma plataforma cultural recorrente de nossa época se refere ao fato de que devemos aprender as lições da História. Ao mostrar quais lições são estas, o jornalismo – e, especialmente, o jornalismo opinativo do tipo que é feito

---

<sup>6</sup> No mês de abril de 2009, a revista *Carta Capital* foi a publicação que mais fez referência a fatos ocorridos antes do ano de 1995. A média das cinco edições publicadas neste mês foi de 83,22% (com variação de 75,75% a 94,59%). A revista *Veja* foi a que teve menor porcentagem, com uma média de 69,17% (com variação entre 54,16% e 77,77%). Entre as duas, a revista *IstoÉ* apresentou 70,74% de matérias deste tipo (variação de 62,5% a 85,71%) e a *Época* com 76,15% (variação de 72,72% a 78,12%).



pelas revistas noticiosas – não re-significa somente o passado: neste jogo de remissões históricas, é o próprio presente que é re-apresentado.

Como bem coloca Felipe Pena, no jornalismo “a novidade nem sempre é atual e a atualidade nem sempre é nova”, de forma que “a atualidade refere-se ao tempo da veiculação e não da ocorrência do fato” (PENA, 2005, p. 39-41). É a partir desta constatação, no entanto, que devemos tomar este presente inquestionável do jornalismo como uma temporalidade que engloba muitas outras. E é também neste sentido que este presente deve ser tomado - para que possamos apreender a complexidade das funções sociais e dos efeitos de sentido do jornalismo – tais como os presentes agostinianos: o presente do passado (a memória), o presente do presente (a intuição) e o presente do futuro (a expectativa).

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARTHES, Roland. **El Susurro del Lenguaje**. Barcelona: Ediciones Paidós, 1988.

CARTA, Mino. “**Como remar contra a corrente**”. *Carta Capital*. Ano 15, número 547, 27/05/2009, p. 12-13.

CARTA, Mino. “**Carta ao Leitor**”. *Veja*. 08/04/1970, p. 17. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/acervodigital/home.aspx>>. Acesso em 06/06/2009.

CIVITA, Roberto. “**Discurso de Roberto Civita no encontro**”. *Veja on-line*. 02/09/2008. Disponível em <<http://veja.abril.com.br/noticia/discurso-roberto-civita-encontro-326312.shtml>>. Acesso em 15/10/2008.

KITCH, Carolyn. **Pages from the Past: history & memory in american magazines**. North Carolina: The University of North Carolina Press, 2005.

EDY, Jill. “**Journalistic Uses of Collective Memory**”. *Journal of Communication*, volume 49, número 2, 1999, p. 71-85.

FRANCISCATO, Carlos Eduardo. “**A atualidade no jornalismo**”. In HOHLFELDT, Antonio *et alli*. *Práticas midiáticas e espaço público*. Porto Alegre: EDIPUC-RS, 2001.

GIDDENS, Anthony. **Capitalism & Modern Social Theory**. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

HOBSBAWN, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.



LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MORETZSOHN, Sylvia. **A velocidade como fetiche - o discurso jornalístico na era do “tempo real”**. Tese de mestrado, Universidade Federal Fluminense. Rio de Janeiro, 2000.

PENA, Felipe. **Teorias do Jornalismo**. São Paulo: Editora Contexto, 2005.

RIBEIRO, A. P. G. e BRASILIENSE, D. R. **“Memória e Narrativa Jornalística”**. In RIBEIRO, A. P. G. e FERREIRA, L. M. A. (org.). *Mídia e Memória: a produção de sentidos nos meios de comunicação*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 219-235.

RICOEUR, Paul. **A Memória, a História, o Esquecimento**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

ROBINSON, Sue. **“Vietnam and Iraq: memory versus history during the 2004 presidential campaign coverage”**. *Journalism Studies*. Volume 7, número 5, p. 729-744.

SANTO AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Paulus, 2003.

SCHUDSON, Michael. **“Deadlines, datelines and History”**. In SCHUDSON, Michael e MANOFF, Robert Karl (ed.). *Reading the News: a pantheon guide to popular culture*. New York: Pantheon Books, 1987, p. 79-108.

SETERS, John van. **Em busca da História: historiografia no mundo antigo e as origens da história bíblica**. São Paulo: EDUSP, 2008.

THOMPSON, John B. **A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia**. Petrópolis: Vozes, 1998.

TRAVANCAS, Isabel Siqueira. **O Mundo dos Jornalistas**. São Paulo: Summus 1993.

VEJA. **“A Utilidade de Surpreender”**. *Veja*. Edição 2114, ano 42, número 21, 27/05/2009, p. 12-13.

ZELIZER, Barbie. **Covering the Body: the Kennedy assassination, the media and the shaping of collective memory**. Chicago: University of Chicago Press, 1992.